

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CECEN/ CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

RITTA DE CÁSSIA ARAÚJO DE SÁ

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO.

SÃO LUÍS - MA

2018

RITTA DE CÁSSIA ARAÚJO DE SÁ

**A IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UM
ESTUDO SOBRE O CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA NATURAL E
ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de
História - da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de licenciatura em
História, sob a orientação da professora
dr^a Ana Livia Bonfim Vieira

Sá, Ritta de Cássia Araújo de.

A importância da preservação do patrimônio arqueológico: um estudo sobre o Centro de Pesquisa e História Natural e Arqueologia do Maranhão / Ritta de Cássia Araújo de Sá. – São Luís, 2018.

--f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

RITTA DE CÁSSIA ARAÚJO DE SÁ

**A IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UM
ESTUDO SOBRE O CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA NATURAL E
ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO.**

Aprovado em //

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Ana Livia Vieira Bonfim – Orientadora

Universidade Estadual do Maranhão

Professor (a) Dr (a).

Professor (a) Dr (a).

SÃO LUÍS - MA

2018

AGRADECIMENTOS

Ao término dessa monografia, recordando os momentos vividos até aqui, preciso citar algumas pessoas que de uma forma mais direta ou indireta me ajudaram nesse processo que ao mesmo tempo é gratificante onde se está concluindo- se uma etapa, mas que também se torna extremamente cansativo.

Agradeço primeiramente à Deus, pois tantas vezes coloquei em xeque se o curso de história era mesmo para o ideal para mim, porém recebi forças de todos os lados para não enfraquecer no momento e poder finalizá-lo. Agradeço sem sombra de dúvidas, a minha mãe Benedita Antônia da Silva Araújo, a pessoa mais importante da minha vida, é graças a ela e por ela, que cheguei até aqui. Mãe, obrigada pelo incentivo, pelo amor e pelos cuidados, essa monografia também é sua.

Ao meu pai, Carlos Casas Nova de Sá, pela torcida e apoio. Ao meu professor Joelson Gabriel Botelho do ensino médio que me fez amar a história e compreender o quanto ela é importante, além do papel importante que um professor pode exercer e sim ser feliz, quando faz aquilo que ama.

Por ser filha única, não tenho agradecimentos a irmãos de sangue, mas à vida me proporcionou amigos incríveis e que mesmo de forma indireta, me ajudaram no processo. Em especial as amigas de escola que participaram de todos os meus momentos até aqui, Raíssa Morais, Lays Renata, Isabella Barbosa, Paula Cuba.

Aos amigos que a faculdade me trouxe, Milton Costa, Sthéfane Batista, obrigado amigos por todas as conversas e conselhos, por todas as saídas, não terminamos o curso juntos, porém a amizade permanece até hoje.

As amigas de faculdade e de estágio, Lianne Baima, Rayssa Sousa, Kalyne Trindade e Jucyanne Moraes uma amizade linda que se construiu no ambiente de faculdade e de trabalho, obrigado por todas os conselhos e puxões de orelha.

Agradeço eternamente a Prof.^a Dr.^a Ana Lúvia Vieira Bonfim, por todos os ensinamentos, atenção e por ter me orientado nesse trabalho, obrigado por não ter desistido de me ajudar em momentos que estava preocupada em não conseguir.

RESUMO

Este trabalho procura compreender algumas questões acerca do patrimônio histórico e cultural, dentre eles o patrimônio arqueológico, além de demonstrar sua importância para a preservação da história. Além de estabelecer como funcionou o processo de criação e montagem que resultou na organização de um centro de pesquisa voltado a esse tema.

A preservação do patrimônio arqueológico, com o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do estado do Maranhão, fundamental para a pesquisa arqueológica local e que fica localizado na praia grande, na rua do giz. Abordo seu surgimento, analisando como as práticas de preservação patrimonial em São Luís funcionam desde a criação do centro, além de como as leis de preservação do patrimônio arqueológico podem resguardar espaços de identidade e memória coletiva. Além disso, analisar como discursos de intelectuais dentre eles Françoise Choay, Pedro Paulo Funari, Le Goff, Halbwachs contribuíram para a valorização patrimonial, da memória e identidade.

Palavras - chave: Patrimônio, preservação, Centro de Pesquisa e Historia Natural e Arqueologia, memória.

ABSTRACT

This research seeks to comprehend some questions about history heritage and culture, encompass the archeological heritage, besides showing your importance for the preservation of the history. Beside to put how operate creation and mounting that result of creation on of center of research about this topic.

The preservation of archeological heritage with the center of research of history nature ad archeology of state Maranhão, localized in Praia Grande, street of giz .Showing about your creation, investigate how the practices of preservation in Saint Louis worked since the creation of the center, beside about the laws of preservation can protect places of identity and memory collective. Besides this investigate how speeches of most important writes how Françoise Choay, Pedro Paulo Funari, Le Goff, Halbwachs contribute for valuation oh heritage, memory and identity.

Key-words: Heritage, Preservation, Center of history nature and arqueology of state of Maranhão, Identity and Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia

CPHNAMA- Centro de Pesquisa de Historia Natural e Arqueologia

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CIEE – Centro de integração empresa escola

SECTUR- Secretaria Estadual de Cultura e Turismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (foto da fachada do CPHNAMA)	50
Figura 2 (sala expositiva de arqueologia,ao fundo mural rupestre)	53
Figura 3 (sala expositiva de arqueologia,objeto cerâmico).....	53
Figura 4(sala expositiva de arqueologia)	54
Figura 5 (objetos da sala expositiva de etnologia)	56
Figura 6 (sala expositiva de etnologia,com objetos do cotidiano indígena).....	56
Figura 7 (sala expositiva de etnologia,ao lado cocar Tenetehara e diadema cerimonial Ka'por)	57
Figura 8 (sala expositiva de etnologia,máscara ritualística Ramkokamekra- Canela)...	57
Figura 9 (sala expositiva de paleontologia)	60
Figura 10 (sala expositiva de paleontologia)	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1- A IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO.....	15
2- O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A LEGISLAÇÃO.....	30
2.1- O Iphan e o patrimônio arqueológico.....	34
2.2-Espaços de preservação do patrimônio arqueológico.....	40
3 - O CENTRO DE PESQUISA DE HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO.....	41
3.1-A montagem e idealização do centro de pesquisa.....	44
3.2-A organização dos espaços e temas escolhidos por sala.....	45
3.3- Papel do centro de pesquisa como na manutenção do patrimônio arqueológico e para com a educação patrimonial.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE	62

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a rapidez com que a informação surge e é espalhada pelos meios digitais, trouxe alguns questionamentos e novas formas de lidar com a memória. Nesse sentido, ela tem sido tema de discussões constantes em algumas áreas do conhecimento, no que se refere à produção de conhecimento, a continuidade das tradições, a recuperação de informações.

A agilidade e rapidez com que as informações são disseminadas, esquecidas e novamente reformuladas por novas questões, fez com que tenhamos sempre uma nova ordem social, que está marcada pela internet e por todos os seus agentes virtuais (TV, internet e celulares). A ideia de memória ligada ao patrimônio é algo extremamente interligado, visto que os estudos de patrimônio sempre estarão associados a algum tipo de memória, seja ela material ou imaterial.

Nesse sentido, instituições como museus e centros de pesquisas desenvolvem papéis importantes onde se preocupam com a valorização da memória e de sua documentação, pois, num ambiente onde as relações e ações estão baseadas fortemente no presente, a desvalorização da história e uma possível perda de identidade tornam-se um problema a ser superado.

Segundo a historiadora Marlene Suano (1986), não se deve confundir essa “preservação do passado” com a manutenção de características de uma época. Trata-se de manter e preservar testemunhas materiais dessa época que nos sirvam como pontos constantes de partida para reflexão e análise.

Geralmente quando se pensa em patrimônio, sempre se associa a questão do patrimônio material ligado aos bens que são oriundos de uma herança, seja ela ligada a riqueza ou patrimônio afetivo, porém a ideia não deve apenas ser vinculada a esses tipos de patrimônio, mas também ligada a bens que foram o resultado da produção dos nossos antepassados, portanto carregam consigo memórias, tanto individuais ou coletivas.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais somente nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p 16).

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (Halbwacks, 1990, p 36).

Os patrimônios materiais são objeto de valores históricos e de memória de um determinado espaço, porém com o tempo acabam sendo vítimas do esquecimento, desapropriação ou descaso por parte dos governos. Por isso na atualidade é crescente o interesse nas pesquisas e projetos que tem como tema a preservação do patrimônio, seja ele de qualquer tipo. O interesse se amplia na medida em que a globalização aumenta, pois acaba construído um olhar diferente sobre o patrimônio, principalmente quando ele pode ser visto como potencial turístico e econômico de uma região.

Os patrimônios (materiais e imateriais) objetos da memória, da história de um determinado lugar e que carregam em si as marcas do tempo, oferecem uma identidade para esse determinado espaço a que pertencem, sendo assim são testemunhos de todos os processos de transformação que ocorrem na cidade, é importante ressaltar também que a falta de visibilidade por partes das autoridades governamentais acabam resultando na perda dessa identidade, das memórias locais, além dos descasos, da indiferença para com os monumentos que fazem parte, de alguma forma, da criação da identidade de cada cidade e da história da sociedade.

O presente trabalho, sob o título **“A IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO** aborda o tema da importância da preservação do patrimônio arqueológico e como sua manutenção interfere diretamente na preservação da história local”.

O eixo norteador tem como o centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão. O centro de pesquisa foi criado em março de 2002, seu objetivo gira em torno da valorização e a preservação do acervo patrimonial maranhense, em específico, os recursos e bens arqueológicos, paleontológicos, cultura material e tradições dos povos indígenas dentro do estado do Maranhão.

O centro está dividido em três salas: sala expositiva de paleontologia que abrigam fósseis e réplicas de espécies pré-históricas encontradas no Maranhão, onde recentemente foi

encontrado na Ilha do Cajual um novo tipo de material fóssil até então desconhecido para os paleontólogos do Maranhão. O material consiste em pequenas vértebras associadas a uma serpente de 105 milhões de anos. Sala expositiva de arqueologia, onde são expostos artefatos de pedra, objetos cerâmicos utilitários e ritualísticos pré-coloniais, utensílios de louça e artigos de uso pessoal e do cotidiano provenientes do período histórico. A iluminação da exposição do setor de arqueologia foi modernizada para atender às necessidades funcionais e estéticas do espaço, como também para oferecer maior conforto visual aos frequentadores e eventuais visitantes e por fim a sala expositiva de etnologia, onde o visitante pode apreciar objetos de uso diário e de cerimônias pertencentes aos grupos indígenas contemporâneos. O centro abriga também, a biblioteca Olavo Correia Lima onde é possível o acesso à consulta ao acervo de cerca de três mil volumes nas áreas de atuação do órgão.

Algumas são as ferramentas que podem servir como embasamento para a pesquisa que acabará em um projeto de conclusão de curso, por exemplo, pretendo apresentar fundamentos de uma cultura material, onde o objeto central a ser pesquisado será apresentar como a preservação do patrimônio arqueológico é de extrema importância e serve como elemento fortalecedor da história, tudo isso através do centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão.

Dentre as obras que serviram de suporte para a realização desta pesquisa destacam-se as obras de Pedro Paulo Funari, Françoise Choay, Halbwachs, Marlene Suano, essas obras destacam a importância de trabalhar memória nas diferentes formas de documentos em uma pesquisa histórica e como a preservação material e cultural de um espaço ou povo acaba sempre voltando à questão da memória.

Na obra do autor Pedro Paulo Funari, intitulada “Patrimônio histórico e cultural” observa-se duas ideias acerca de patrimônio, a primeira seria a ideia de patrimônio ligada à herança, seja ela material (dinheiro, joias, casas), seja material, porém de valor mais emocional do que monetário (fotografia, livro) onde tudo isso pode ser utilizado em um testamento e assim ser transmitido para os herdeiros. A um terceiro sentido também a ser mencionado que seria o patrimônio espiritual, onde se encaixaria na questão de ensinamentos religiosos e lições de vida que nossos antepassados deixaram, assim como alguma receita ou alguma dança.

O autor trata de patrimônio como algo de cada indivíduo, mas a partir de noções e sentimentos, pode-se entender a ideia de patrimônio como algo coletivo, porém existe uma diferença entre a ideia de patrimônio individual e patrimônio coletivo, onde o primeiro depende

de cada pessoa em si, já o coletivo depende de mais pessoas e é algo mais distante. A ideia de coletividade passa pela questão de uma associação de moradores por exemplo, onde para entender a ideia de patrimônio coletivo, precisa-se entender primeiramente a ideia de vida coletiva.

Segundo Funari, (2008) o conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista de interesses aristocráticos. Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos, logo não era possuidora de *patrimonium*. A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reconstruir os centros históricos, na atualidade, constituem elementos básicos em debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria história social e cultural da cidade.

Francoise Choay em seu livro intitulado “A alegoria do patrimônio” traça um olhar sobre as relações com monumentos construídos desde o período medieval até o século XX e sobre a representatividade dos monumentos, o que de certa forma ajuda muito na construção do presente trabalho, visto que a materialização da pesquisa se dá em torno do patrimônio edificado, que é um dos pontos trabalhados também pela autora.

O presente trabalho também busca sempre trabalhar com a ideia de memória que é trabalhada no livro intitulado “A memória coletiva”, segundo o autor Maurice Halbwachs a memória coletiva é entendida como processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social, portanto sua obra oferece contribuições importantes para o trabalho com a memória, visto que sua categoria de memória coletiva permite compreender que o processo de volta ao passado não depende apenas do que o indivíduo lembra, mas que suas memórias são de certo modo, partes da memória do grupo a qual pertence, trazendo isso para nossa realidade pode-se transportar a ideia dos museus e centros de pesquisas que atuam como locais de preservação histórica e cultural são espaços no qual a memória de um determinado tempo passado se torna concreta, sendo assim mais acessível para a volta ao passado.

Diante disso, o presente trabalho intitulado “A importância da preservação do patrimônio arqueológico: um estudo de caso sobre o centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão, está dividido em três capítulos, resumidos a seguir:

O primeiro capítulo, denominado: **A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural**, nele se discutirá como o acervo patrimonial, tanto histórico, quanto cultural e também como material ou imaterial é de extrema importância para manutenção da preservação da história local, ainda no primeiro capítulo haverá discussões sobre memória e identidade, assim como o papel de museus e centros de pesquisa como agentes de desenvolvimento do patrimônio.

O capítulo seguinte, intitulado **O patrimônio arqueológico e a legislação**, onde pretendo discutir quais leis envolvem ações sobre o patrimônio arqueológico, protegendo ou prejudicando devido a burocracia em torno do tema e o que a constituição vigente afirma sobre o patrimônio arqueológico.

E por fim o terceiro capítulo, intitulado **Um estudo sobre o centro de pesquisa de história natural e arqueologia**, onde será feito um estudo de caso sobre o centro, abordando como o mesmo foi pensando, organizando, como o acervo foi montado, quem foram as pessoas envolvidas no mesmo e ações que são desenvolvidas no centro para a proteção do bem patrimonial arqueológico e para aperfeiçoamento da educação patrimonial.

1- A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

No presente trabalho procura-se apresentar questões de extrema importância acerca do patrimônio histórico e cultural, foi necessário buscar obras entre livros e artigos que pudessem fornecer dados precisos e discussões importantes para reforçar o verdadeiro sentido do trabalho que é percorrer um caminho que leve a garantir subsídios para importância da preservação dos bens históricos e culturais.

Existem alguns conceitos que interligados e que são expressos na atualidade que buscam a valorização do patrimônio histórico e cultural, neste primeiro capítulo abordaremos alguns desses conceitos, assim como a ideia de memória e identidade e a questão da educação patrimonial.

Segundo Funari (2001), existe duas ideias que apesar de diferentes se relacionam acerca de patrimônio, a primeira seria a ideia de patrimônio ligada a herança, seja ela de um valor monetário alto (casa ,joias) ou de valor mais emocional do que monetário (fotografia , livro, carta), onde tudo isso pode ser utilizado em um testamento e assim ser transmitido para os herdeiros, ainda a um outro sentido também a ser mencionado que seria o patrimônio espiritual, onde se encaixaria na questão de ensinamentos religiosos e lições de vida que nossos antepassados deixaram, assim como alguma receita ou alguma dança.

De acordo com Funari (2001) deve-se tratar de patrimônio como algo de cada indivíduo, mas a partir de noções e sentimentos, pode-se entender a ideia de patrimônio também como algo coletivo, porém existe uma diferença entre a ideia de patrimônio individual e o coletivo, onde o primeiro depende de cada pessoa em si, já o coletivo depende de mais pessoas e é algo mais distante.

A ideia de coletividade passar pela questão de uma associação de moradores, por exemplo, que juntos decidem o bem comum para todos e o bem para o melhor do local onde vivem. Para entender a ideia de patrimônio coletivo, precisa-se entender primeiramente a ideia de vida coletiva.

Quando se fala em vida coletiva, rapidamente associa-se a um grupo de pessoas que se reúnem em torno de algum objetivo e geralmente com interesses. Uma mesma pessoa pode mudar de grupos no decorrer da vida, passando por fases, sendo assim inúmeras coletividades convivem, porém em constantes mudanças. Portanto, a diversidade das pessoas inseridas nesses

grupos leva a multiplicidade de opiniões e pontos de vista. O que para uns é patrimônio, por exemplo, para outros não é.

Patrimônio é uma palavra que vem do latim, *patrimonium* e se referia na Roma antiga a tudo que pertencia ao pai é devido a isso a semelhança dos termos – pater, *patrimonium*, família ---entretanto traz diferenças bastante significativas já que a sociedade romana é diferente da nossa. A ideia de família englobava tudo que estava sob a tutela do pai ou senhor, inclusive mulher e filhos, assim como também escravos, bens moveis e imóveis” (FUNARI,2001,p 11)

Segundo Funari (2001) o conceito de patrimônio teria sido originado no âmbito privado da questão do direito, onde a propriedade privada estava intimamente ligada aos interesses aristocráticos. Entre o povo romano, a maioria da população não possuía escravos, logo não seria possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era algo patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

Partindo de um levantamento histórico que também foi idealizado por Funari, podemos citar também a revolução francesa como exemplo no qual durante a revolução com a crescente violência e lutas por direitos civis, criava-se um grupo que ficaria encarregado da preservação de monumentos nacionais, isso tinha como objetivo a proteção de obras que estariam ligadas a nação francesa e sua cultura. A primeira lei de que se tem notícia sobre o patrimônio francês é de 1887 sendo depois complementada por uma legislação mais forte em 1906.

A primeira lei patrimonial, o Antiquities, Act, de 1906- mesmo ano da lei francesa—restringia-se a proteger bens culturais de interesse da nação que estivessem em terras de propriedades ou de controle do governo (Ibid p. 19)

A primeira convenção que se refere ao patrimônio cultural, mundial e natural que se tem notícia foi feita numa convenção da UNESCO de 1972, onde se percebeu a importância de declarar todos os sítios como patrimônio da humanidade e que pertenciam a todos os povos do mundo. Sua construção e aplicação resultaram em um esforço internacional na valorização de bens, que por sua importância para a referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos.

De acordo com a cartilha do patrimônio mundial (2008) a lista do patrimônio mundial reside, portanto, na ideia de um patrimônio comum, que deve ser compartilhado entre todos. Sua formação é o resultado de um processo onde os países membros dessa convenção indicam bens culturais e naturais a serem inscritos nessa lista.

Quando se pensa em patrimônio, geralmente se associa logo a ideia de um patrimônio ligado ao material que é associado rapidamente a riqueza. Porém o patrimônio não pode apenas ser entendido como herança seja ela de qualquer tipo, visto que ela também pode está se referindo aos bens que foram produzidos por antepassados e que com isso resultam em memórias, sejam elas coletivas ou individuais.

Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas de ser constituem o que chamamos de cultura e importante ressaltar que a mesma ao longo do tempo vai adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se recria no cotidiano. Neste processo dinâmico de interação social em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas que se sobressaem perante outras. O Brasil é um país multicultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e claro a extensão do seu território. Estas diversidades culturais contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro.

Segundo Bauman (2005) se fosse possível resumir a lista de conceitos e desdobramentos ideológicos que a identidade possui em apenas uma palavra certamente essa seria associada à ideia de pertencer. Afirmando que, dentre os vários sentidos do conceito de identidade, aquela referente à nacionalidade. A identidade, segundo Bauman que conhecemos hoje foi conduzida a uma compreensão humana, pois seu surgimento se deu através de uma ficção, e não de uma experiência humana propriamente dita. Essas ideias como refere Bauman, é produto da crise do pertencimento e do esforço que se desencadeou para a recriação da realidade à semelhança da ideia. As identidades estão em constantes mudanças, recebendo informações de diversas fontes, quais sejam aquelas disponibilizadas por terceiros ou acessíveis através de nossa própria escolha.

O pertencimento e a identidade não possuem a solidez perpétua, mas sim a finitude de um mecanismo que exerce um poder de transformação contínua. As identidades estão em constante trânsito, provenientes de diversas fontes, quais sejam aquelas disponibilizadas por terceiros ou acessíveis através de nossa própria escolha. Esse fenômeno humano se fortalece pela centralidade

que o homem assume como indivíduo considerado portador de cultura, inteligente, biologicamente maduro e ligado a outros seres humanos na ação e no sentimento coletivo. (SUANO, 2013, p 3)

Essa herança que é passada pode conter informações sobre uma pessoa, lugar ou sociedade e por ter esse papel acaba por contribuir para a formação da identidade da região ou grupo local. Portanto preservar é fundamental, uma vez que reflete na formação da identidade de um povo. Preservar é uma medida na qual se resguarda a história, sendo ela por meio do patrimônio material, imaterial, arqueológico, religioso ou arquitetônico. É através dessa materialidade que o indivíduo se reafirma como parte integrante da história, onde através dela reconstrói seu passado histórico. O patrimônio tem a capacidade de tornar concreto e estimular a memória das pessoas que estão ligadas a ele, portanto é foco de diversas estratégias que visam à manutenção, circulação e sua preservação.

De acordo com Le Goff (1990) a memória, por guardar certas informações, contribui para que o passado não seja esquecido, pois ela acaba por fazer com que o homem possa atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história tenha o poder de permanecer na mente humana.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha, mostra a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo como reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 1990, p. 409).

A ideia de preservação do patrimônio teve início no começo do século XX, onde foram criadas diversas comissões, debates e conferências, no qual se procurou estabelecer critérios para proteger o patrimônio. No país, as primeiras questões oficiais surgiram em 1936, fruto de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época que com suas ideias e visões sobre arte, cultura, história intensificaram debates acerca do patrimônio e também através do surgimento do SPHAN (serviço do patrimônio histórico e artístico nacional).

Segundo Choay (2001) a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico, para eles, os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são nem

ornamentos aleatórios, nem arcaísmos, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano.

Assim como na teoria de Choay, Maria Cecília Londres Fonseca também mostra que as atribuições de valores aos monumentos evidenciam sua proteção, principalmente por que a atribuição de valores a determinados bens tem a força de legitimá-los e, nesse caso, entende-se que, quanto maior a legitimação maior as políticas de preservação sob aquele patrimônio.

Algumas das iniciativas eram ligadas a proteção desses bens patrimoniais e acabaram desencadeando a questão da educação patrimonial que consiste numa disciplina voltada para a questão da conservação e valorização do patrimônio. Quando se fala em patrimônio, imediatamente se associa o termo a ideia de memória e identidade, uma vez que patrimônio é o resultado da soma de memórias e identidades que se materializam.

Segundo Halbwachs (1990) a consciência não está totalmente fechada sobre si mesma, nem vazia. Todos nós somos empurrados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de partida que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica.

Foi através dessa preocupação em preservar nossos bens que surgiram inúmeras comissões e documentos legais, como a Convenção de Paris em 1972 ¹, a carta de Atenas em 1931 entre outras que seriam responsáveis pela conservação dos bens.

A primeira convenção que se refere ao patrimônio cultural, mundial e natural que se tem notícia foi feita numa convenção da UNESCO de 1972, onde se percebeu a importância de declarar todos os sítios como patrimônio da humanidade pertencia a todos os povos do mundo. O patrimônio assim seria composto por:

1. Sítios Naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural
2. Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, etnológico ou científico.
3. Conjuntos: grupos de construções

¹ A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão: Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes. (CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL UNESCO).

4. Monumentos: obras arquitetônicas, pinturas, esculturas.
5. Monumentos naturais: formações físicas e biológicas.

Entre os inúmeros patrimônios culturais, encontra-se o patrimônio arqueológico, a documentação arqueológica apresenta elementos essenciais principalmente sobre o período pré-histórico e é muito importante, visto que a partir de vestígios, resto de ossos, utensílios, pinturas e a história da localidade que foi construída em cima daquela região e a isso chamamos de legado.

O estudo do patrimônio cultural e questões como memória e identidade, são uma ponte para o patrimônio arqueológico, visto que a arqueologia como ciência que busca reconstruir a história de um lugar ou de um povo e sem esses vestígios não seria possível realizar pesquisas para buscar compreender a sociedade atual.

A ideia de reconhecer afinidades entre o presente e o passado e manter indivíduos próximos através do processo de construção de identidade, a questão da unidade que a identidade agrega é bastante simples, visto que torna um grupo único e os dados que são utilizados através do patrimônio arqueológico contribuem para essa “concretização” das identidades.

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e por sua natureza como cultura material usados pelos atores sociais para produzir significados em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI,2001,p 60)

Segundo Pedro Funari, ainda há uma ampliação do conceito de patrimônio que não poderia deixar de englobar uma área que está em crescente no mundo: o mundo digital, onde nas últimas décadas, o meio digital, passou a representar um enorme produto da criação humana, os e-mails, a arte no meio digital, os armazenamentos de informações estão cada vez mais localizados no meio digital, porém esse meio digital ainda é frágil e os processos de um meio manual para um meio eletrônico ainda requer um maior cuidado, pois migrar de um processo tecnológico para um ainda mais avançado exige ações específicas que preservem o produto sem causar danos.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a área cultural, ainda são recentes e geralmente estão em esfera federal, o que acaba por dificultar, devido à burocracia para

arrecadar recursos para alguma obra ou reforma de um casarão, por exemplo. Na década de 70, por exemplo, cogitou-se a inclusão de matérias ligadas ao patrimônio nacional na grade curricular das escolas e das universidades isso devido ao intenso debate já existente acerca do tema, foi assim que em 1973 surge o programa de reconstrução das cidades históricas.

Cabe ressaltar também que a partir da década de 80, houve um marco importante na questão da preservação dos bens culturais, momento que marca a transição democrática do país e que se passa a pensar numa revisão teórica sobre o tema, onde se busca superar um conceito fechado e palaciano de restauração dos bens apenas no que tange a pintura e feições dos objetos. Outro ponto importante de ressaltar foi a questão de que as propostas levantadas pelos intelectuais ligados ao IPHAN foram orientadas por critérios pautados em questões de identificação da característica estética de obras, por exemplo, e isso acaba por remeter a França que serviu como molde para a criação de uma lista de definição do patrimônio cultural da humanidade.

Choay (2001) utilizou o conceito preservacionista, onde tenta explicar as medidas de preservação patrimonial ocorridas na França nos pós Revolução francesa. De acordo a autora o consenso da proteção e preservação do patrimônio só acontece quando a estes são atribuídos valores. São eles: o valor nacional, o valor cognitivo, o valor econômico e por fim o valor artístico.

Segundo Choay (2001) o primeiro valor, tido como nacional, é o fundamental, pois teria sido ele que inspirou as medidas de conservação que foram tomadas pelo comitê da instrução pública, que segundo a autora era um comitê responsável por decretos e leis para a proteção de monumentos. O segundo valor, cognitivo seria algo relacionado às múltiplas competências e isso quer dizer que os monumentos eram portadores de valores específicos e gerais para todas as categorias sociais. O terceiro valor seria o econômico onde a ideia do monumento estaria atrelada a indústria (manufaturas) e por último o valor artístico, que seria a ideia do monumento como culto, trabalha-se a ideia da arte, da estética.

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos. Essa passagem prática da conservação, assim como o conjunto das disposições e dos procedimentos inéditos elaborados para gerenciá-la, marcam, pela primeira vez uma intervenção

inovadora na França na gênese do monumento histórico e de sua preservação. (CHOAY,2001,p 119)

Outra questão importante é entender como espaços públicos que preservam o acervo histórico são importantes para a perpetuação histórica local ou regional. Cada vez mais surgem museus ou centros de pesquisa voltados a temas específicos e que colaboram para disseminação da história. Museus ou centros de pesquisa tem que ser entendidos como lugares de memória, isto é, no conceito atual que trazem resquícios do passado e que serão expostas no presente. Nesse sentido, são fontes históricas que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado.

O questionamento sobre esses espaços tem que ser problematizado no ponto que posiciona o presente como um dos fatores da construção do passado, na medida em que os sujeitos do presente resgatam os eventos que aconteceram, através de sua visão no presente, são espaços de disputas e devido ao seu aspecto simbólico, produtor de memórias, é válido apontar, portanto que são lugares de memória.

De acordo com Suano (1986) a palavra museu vem da palavra grega “*mouseion*”, adaptado para o latim *musæm*, que se referia ao lugar onde as divindades gregas habitavam, em outras palavras, o “templo das Musas”, espaço, segundo a mitologia grega, em que as musas, filhas de Zeus com Minemosine, divindade da memória, possuíam obras de arte expostas que auxiliariam, conjuntamente às suas danças, músicas e narrativas, os homens a se dedicarem às artes e às ciências, sobretudo ao saber filosófico.

O mouseion era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências. As obras de arte expostas no mouseion existiam mais em função de agradar as divindades, do que para serem contempladas pelo homem. (SUANO, 1986, p 11)

De acordo com Suano (1986) durante a Idade Média o termo museu foi pouco utilizado e acabou reaparecendo por volta do século XV quando o colecionismo tornou-se moda em toda a Europa, de maneira geral, são essas grandes coleções principescas e reais do renascimento que vão dar origem à instituição museu que conhecemos hoje.

Segundo Mairesse (2013) O termo “museu²” serve para se referir a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente criado para realizar a seleção, o estudo e a

² O museu, por sua vez, não reivindica nenhuma dessas aptidões, pois a documentação que ele apresenta é principalmente sensível, isto é, perceptível pela visão e pela audição, e mais raramente pelos outros três sentidos, o tato, o gosto e o odor. Tal distinção permite a um analfabeto ou mesmo a uma criança

apresentação de objetos materiais e imateriais do homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram ao longo dos séculos. Seus temas foram mudando, tanto quanto seus objetivos, seu modo de funcionamento ou sua administração.

O museu como patrimônio é herança que oferece, através de seu acervo, entendimento da vida social e cultural. Os museus apresentam uma singularidade importante que é a presença dos objetos, símbolos capazes de fazer transitar de uma cultura a outra. Neste momento a ideia de patrimônio confunde-se com a de propriedade quando o indivíduo contemplativo, de certo modo, constrói as ideias, valores e sua própria identidade. (DINIZ, 2007, p 47).

Alguns termos são de extrema importância dentro da lógica dos museus e que acabam por facilitar os entendimentos de algumas questões. São eles, museografia, museologia, museal, musealização e por fim a mediação. Os termos segundo Mairesse partem dos seguintes pressupostos. O termo museografia que apareceu pela primeira vez no século XVIII é mais antigo que o termo museologia. Atualmente, a museografia é compreendida como a figura prática ou aplicada da museologia, isto é, o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição.

A palavra museografia, em português (assim como *muséographie*, no francês), tende a ser usada, com maior frequência, para conceituar a arte da exposição. Que até então, durante muito tempo, surgida na França, o termo era expografia (antes do termo exposição) e que décadas depois se pensou em associar a expografia às técnicas utilizadas em exposições, mesmo que situadas dentro ou fora de um museu.

Museologia é o termo aplicado a tudo aquilo que se refere ao museu e que remete, geralmente, ao termo museal. Portanto, pode-se assim, falar em departamentos museológicos de uma biblioteca (a reserva técnica, por exemplo) e ainda de questões museológicas (relativas ao museu). São bastante comuns, esses conceitos que se adotam nos países anglo-saxônicos e igualmente, por influência, em alguns países latino-americanos.

retirar sempre algum fruto de uma visita ao museu, ainda que sejam incapazes de explorar os recursos de uma biblioteca. (Mairesse, 2013, p 67)

Museal é considerado adjetivo ou substantivo, a palavra apresenta duas ideias primeiro como adjetivo e serve para qualificar tudo aquilo que é ligado ao museu, fazendo a diferenciação entre outros domínios, por exemplo, o mundo museal para designar o mundo dos museus, a segunda ideia é como substantivo, o museal que identifica o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição museu.

Musealização conceitua tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural. A expressão patrimonialização descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico (IBID, p. 56).

De acordo com Mairesse (2013) um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção e de apresentação, cria-se uma mudança do estatuto do objeto.

A mediação consiste designa a ação de reconciliar ou colocar em acordo duas ou várias partes, isto é, no quadro museológico, o público do museu com aquilo que lhe é dado a ver. O conceito geral de mediação serve também para se pensar a instituição da cultura por ela mesma, como transmissão de um fundo comum que reúne os participantes de uma coletividade e na qual eles se reconhecem.

Nesse sentido, é pela mediação que um indivíduo percebe e compreende o mundo e sua própria identidade, ou seja, podemos citar o exemplo dos museus, casas e o centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão, todos eles possuem guias, que são estudantes em processo de graduação que atuam como mediadores, em apresentar o universo de cada museu e intermediar possíveis questionamentos do público para com o assunto explicitado em guias.

Segundo Mairesse (2013) mediação também poder ser entendida como mediação simbólica, no campo cultural, a mediação intervém sempre para analisar a apresentação ao público e descrever a sua circulação no espaço social e cultural. A esfera cultural é vista como uma dinâmica em que os produtos se integram uns com os outros e assim se transformam.

Na museologia, o termo mediação, depois de mais de um século, veio a ser utilizado com frequência, principalmente na França e nos países francófonos da Europa, onde se falam em “mediação cultural”, “mediação científica” e

“mediador”. O termo designa essencialmente toda uma gama de intervenções realizadas no contexto museal (IBID, p. 53).

O museu como patrimônio é herança que oferece, através de seu acervo, a compreensão da vida social e cultural de uma região. Os museus apresentam uma singularidade importante que é a presença dos objetos, símbolos capazes de fazer percorrer de uma cultura a outra. Neste momento a ideia de patrimônio confunde-se com a de propriedade quando o indivíduo contemplativo, de certo modo, constrói as ideias, valores e sua própria identidade, pois parte de cada interpretação de cada indivíduo.

Segundo Suano (1986) o termo museu se refere a uma coleção de espécimes de qualquer tipo e está em teoria associado com a educação ou momento de lazer de qualquer pessoa que tenha o gosto por visitá-lo. É importante ressaltar também a diferença entre coleções abertas ao público e o real sentido de instituição ao serviço público.

Portanto, o acervo de um museu de uma cidade ou determinada região constrói um mundo de espetáculo cuja seus objetos e histórias possibilitam a formação da identidade coletiva a qual é cheia de significado. Os objetos dos museus quando constroem a identidade coletiva tornam-se, imortais, quando só sobrevivem à mutação contínua de significados adquiridos juntos aos homens. Ou seja, as linguagens que são repassadas nos museus têm leituras diferenciadas de acordo com cada pessoa e não estão presas a um modelo funcional restrito. Elas são o resultado de uma relação contínua entre os homens e seus pensamentos quando estão nos museus. A aceitação de determinados objetos indica a aceitação da identidade em seu conjunto de ideias e pensamentos que se ligam a sentimentos profundos de conteúdos diversos em diferentes grupos. O acervo de um museu pode ser usado para autenticar de qualquer forma a identidade de uma região.

A participação social na preservação do patrimônio é muito importante, assim espaços como museus também fazem parte da garantia por partes do governo de asseguraram sua conservação e isso está assegurado pelo artigo 225 da constituição federal de 88.

É importante analisar as principais medidas que estão disponíveis para a finalidade de proteger o patrimônio, tendo em vista ações como tombamento, desapropriação, registro, inventário, dependem única e exclusivamente do poder público. Foi a partir da constituição de 1988 que ficava assegurado o direito ao meio ambiente onde todo tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para os

presentes e futuras gerações. Com o intuito que isso seja garantido, a constituição delega essa tarefa de proteção do ambiente à união, a cada estado e aos municípios, onde cada esfera terá que proteger monumentos, obras. Cabe ao cidadão também proteger o patrimônio e colaborar na gestão do patrimônio.

Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimentos. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os arquitetos dos monumentos históricos que é século XIX precisaram inventar. (CHOAY, 2001, p. 149)

A agilidade e rapidez com que as informações são espalhadas, esquecidas e reformuladas por novas informações, fez com que tenhamos uma nova ordem social, que está pautada pela internet e por todos os seus agentes virtuais. Nesse sentido, a relação que é estabelecida com o tempo, tornou-se um embate para a sociedade atual, que diariamente tem que aprender a lidar com o processamento de novas informações e também o esquecimento para dar lugar à nova demanda. Pensando nisso, o espaço de preservação se torna ainda um agente importante no processo de reconhecimento da identidade local, trabalhar aspectos da memória e da busca constantes por agentes de reconhecimento também é um dos objetivos de espaços de preservação.

Devido às questões de o patrimônio depender diretamente do poder público, às vezes, a fiscalização não abrange espaços necessários, o que acaba por desencadear o descaso com o patrimônio, fora a questão da burocracia. O decreto-lei 25 de 1937, artigo 1º é o marco inicial da preservação do patrimônio e compreende o patrimônio como conjunto de bens móveis e imóveis do país e que sua conservação cabe ao poder público. O decreto – lei afirmava que os bens naturais compõem o patrimônio cultural se igualam aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger e que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Segundo Choay (2001), atualmente existe um culto ao patrimônio histórico e isso requer um questionamento, pois ele constitui em um elemento revelador e ao mesmo tempo negligenciado, na verdade o patrimônio histórico seria uma condição da sociedade e de suas questões.

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto

de saber e integrado numa concepção linear do tempo. Aparentemente os monumentos, são de modos permanentes expostos às afrontas do tempo vivido (IBID. p 26).

Na atualidade, o patrimônio cultural também integra o meio ambiente, portanto tudo relacionado ao meio ambiente, portanto tudo relacionado ao meio ambiente, também pode ser considerado elementos do patrimônio. As constituições de 1934 e 1937 aumentaram o espaço do patrimônio ao plano constitucional, porém foram na constituição de 1988 que vieram importantes questões sobre o patrimônio, novas formas de preservação, instrumentos judiciais, proteção.

Com a constituição de 1988, ao contrario do decreto-lei n.25, de 1937, a questão da preservação do patrimônio está também ligada ao interesse coletivo e não somente ao poder público, nas esferas mais amplas e cabe ao cidadão, que ao participar da proteção patrimonial está cumprindo seu dever e resguardando sua identidade.

Segundo Paulo Machado (2011), o conceito de patrimônio está ligado a um conjunto de bens, que não seriam somente materiais e que foram transmitidos de geração em geração e que justamente por terem sido passados de geração em geração, acabaram resultando no patrimônio cultural, visto que muitas fases culturais foram transcorridas. A importância dos bens culturais, da vida cotidiana da população, da diversidade cultural, sociais e econômicas oriundas do processo de democratização e cidadania brasileira desde 1937, aponta para o caráter nacional da formação de identidade cultural da coletividade.

Segundo Gonçalves (1986) a apropriação da cultura nacional segue dois caminhos: um deles estaria com foco está no passado e seria referência usada no processo de desenvolvimento econômico e cultural em toda a trajetória histórica, onde o passado é uma garantia de continuidade de um processo cultural a partir de nossas raízes, o que não representa uma aceitação correta e fácil dos valores do passado, mas a certeza de que estão ali os elementos essenciais com que contamos para a conservação de nossa identidade cultural.

O museu como patrimônio público a serviço do bem público deve se adequar para promover relações no contexto social e cultural em que se insere. A avaliação pode gerar mudança efetiva e consistente na filosofia, na política de atuação e nas diretrizes dos programas educativos museais. O patrimônio como veículo para a ação educacional e cultural. É no espaço entre os objetivos em exposição com o público que emerge e ganha forma como patrimônio

presentes em todos os museus. A cada visitante, por exemplo, são atribuídos novos valores e da relação visitante, objeto, mediador nascem às vivências culturais.

Museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer BITTENCOURT (2004 p.88 apud DINIZ 2006 p. 64).

Nesse sentido, os museus, cada um com suas especificidades são meios recorrentes às formas de testemunhos e discursos. O museu torna público o seu acervo para que diferentes públicos ao acessá-lo se apropriem do conhecimento e a cultura, além de abordar a memória de diversos assuntos em várias áreas do saber extrapolando o ambiente museal. O museu tem papel importantíssimo na formação do imaginário coletivo e papel de mediador entre a história contada e a história materializada através de um acervo.

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local. Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local. (IPHAN, 2015. P.26)

De acordo com o portal do Iphan, existe um programa nacional do patrimônio imaterial que também determina medidas nas quais acrescentam e aperfeiçoam para o fomento do Patrimônio Cultural Imaterial, quais sejam (IPHAN, 2007³). Algumas expectativas são pensadas em torno do patrimônio histórico e cultural, são elas:

- Promover a inclusão social e a melhoria de vida dos produtores e detentores do patrimônio cultural material e imaterial.
- Aumentar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.
- Promover e assegurar a proteção de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.
- Potencializar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco.

³ Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)

- Respeitar, proteger e direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.
- O registro dos bens culturais de natureza imaterial é definido, pelo decreto, enquanto instrumento legal para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os bens registrados são inscritos nos livros de registro dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares, assim definidos:
- As formas de expressão são formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias.

2 - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A LEGISLAÇÃO

O patrimônio arqueológico deve ser compreendido com o seu universo de bens como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. No presente capítulo busca-se compreender o que engloba o chamado patrimônio arqueológico, sua definição, além de uma análise mais voltada para o campo da legislação no que se refere à proteção do patrimônio arqueológico, assim como o papel social dos sítios e o papel do IPHAN, quanto a órgão responsável por fiscalizar e monitorar tudo relacionado ao patrimônio.

Na atualidade observa-se um momento de desafios no campo social e econômico, onde pelo menos na teoria busca-se equilibrar esse desenvolvimento com a questão da sustentabilidade ambiental, contexto que acaba recaindo sobre a preservação do patrimônio, se deve pensar em igualar o progresso econômico/social com a exploração dos recursos.

À medida que aumenta os investimentos no país em todos os setores, especialmente no ramo da exploração dos recursos que é uma atividade que requer o licenciamento ambiental, tendo como uma de suas etapas a realização de estudos dos impactos potencialmente agressores do meio ambiente, onde se incluem os sítios arqueológicos. O momento é muito importante para inclusão em pauta da questão dos instrumentos e meios de proteção do patrimônio cultural arqueológico brasileiro. Portanto, observar a função da arqueologia, analisar o que compõe a natureza e a legislação sobre os sítios e artefatos arqueológicos é de extrema importância para que se tenha maior cuidado acerca do patrimônio arqueológico e que se busque cada vez mais ter um olhar político e jurídico mais eficaz.

O patrimônio arqueológico brasileiro é entendido como integrante do patrimônio cultural brasileiro a partir da constituição federal de 1988 em seu artigo 216⁴, tudo que compõe a natureza material de valor arqueológico são compreendidos e assegurados pela lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da união. Também são entendidos como sítios arqueológicos, os locais onde se encontram vestígio da ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios ou locais de ocupação prolongada, objetos, vestígios, cerâmicas, pinturas em paredes, lapas e abrigos sob-rocha. Além de locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.⁵

O patrimônio arqueológico faz parte do patrimônio nacional, uma vez que compõe testemunhos de uma civilização ou de cultura e trazem consigo um valor de interesse cultural extremamente importante carregados de valores de memória, identidade, cabe ao estado promover a fiscalização, conscientização, conservação, valorização e divulgação através de campanhas de publicidade, campanhas em escolas em busca de uma educação patrimonial que consiga abranger os mais diversos setores da sociedade.

No Brasil existem cerca de 18.000 sítios arqueológicos. Tratar de um patrimônio arqueológico é tratar de bens como a identificação do sítio, fiscalização e até mesmo de questões administrativas, visto que os sítios arqueológicos brasileiros acabam por abranger também questões de falta de conservação, extração irregular dos materiais, exploração indevidos e o comércio ilegal dessas peças encontradas.

A arqueologia como ciência, faz uma construção do conhecimento através da soma de vestígios do passado e com isso monta a identidade de um povo ou região. Portanto todo e qualquer vestígio arqueológico e sua apropriação necessita de um compromisso do governo e da sociedade em um processo que resguarde desde o momento, por exemplo, do descobrimento de um fóssil, até o momento da exposição do artefato em um museu, por exemplo.

A partir da década de 70, a arqueologia passou a assumir outros papéis além de resgatar o passado. Esse resgate do passado, foi personificado através de vestígios que passaram a ser chamados de bens arqueológicos ou bens culturais, sob a tutela de órgãos envolvidos num processo de fiscalização e conservação, sendo assim diversas categorias passam a ser incluídas para não somente arqueólogos pudessem trabalhar nesse processo. O patrimônio histórico, cultural e arqueológico são temas recorrentes de pesquisas e devido a isso acabaram por ampliar

⁴ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>

a função dos bens culturais ou arqueológicos, com o objetivo de sempre atrelar o estudo a ideia de memória e criação da identidade.

Segundo CHOAY (2006) a ideia de monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano são noções que sucessivamente esclarecem o modo pelo qual a sociedade ocidental mantém sua relação com o tempo e como constroem sua identidade. O patrimônio cultural se firmou no Brasil sempre associado à questão da identidade, devido a um movimento no qual se obteve um resgate da preservação da memória através da proteção de bens arqueológicos ou culturais, a nacionalidade passou a ser materializada através desses objetos, abrangendo monumentos até os tempos memoriais. (CHOAY, p. 98)

A importância atribuída pelos antiquários aos testemunhos da cultura material e das belas-artes não é senão um caso particular do triunfo geral da observação concreta sobre tradição oral e escrita, do testemunho visual sobre a autoridade dos textos. Entre o século XVI e o fim do iluminismo, o estudo das antiguidades evolui segundo uma abordagem comparável a das ciências naturais: ele busca uma mesma descrição, controlável e, portanto confiável de seus objetos. (CHOAY, 2006, P. 76)

A arqueologia é uma ciência que através da coleta de dados, investiga, estudando através de objetos, artefatos e vestígios materiais humanos do passado, é extremamente importante como mecanismo para o estudo do patrimônio arqueológico. Sendo assim, segundo o dicionário Houaiss.

- Arqueologia - s.f. (1836 cf. SC) ciência que, utilizando processos como coleta e escavação estudam os costumes e culturas dos povos antigos através do material (fósseis, artefatos, monumentos etc.) que restou da vida desses povos.
- Industrial (d1951) estudo dos prédios, máquinas e equipamentos da revolução industrial e sua descendência tecnológica imediata.
- Verbal LEX neste dicionário, palavra ou acepção (que não se encontra viva na língua e da qual não há registro de uso em épocas anteriores) que é resgatada dos vocabulários de línguas antigas (esp. latim e grego), adaptando-se sua fonética e grafia aos modelos atuais [Usam-se, p.ex., na descrição de cenas ambientadas num passado distante, textos de história e literatura sobre povos e civilizações antigas etc.].
- ETIM arqueo- + -logia, do gr. *arkhaiologia* 'estudo das coisas antigas, da origem e história antigas'; ver arquo (e/i)-; f.hist. 1836 *archeologia* PAR *arqueologia*(s.f.) (dicionário Houaiss)

Os processos que foram citados anteriormente devem ainda ser acrescidos à fase de exposição dos artefatos arqueológicos que foram encontrados, com o objetivo não apenas de divulgação para o público, mas também para a finalidade de produção de um conhecimento que seja pautado na educação da sociedade e conscientização sobre o patrimônio situação que se aplica quando se fala partindo de um resgate de uma história que já foi escrita em um período anterior resultando assim dos esforços de nossos antepassados e que suas experiências podem ser narradas ou descritas a partir daqueles objetos. Intitulados bens que compõem um patrimônio cultural e que muitas vezes ultrapassam os interesses sociais, políticos do próprio estado de origem ou do lugar onde se encontram.

Um dos maiores desafios sobre o patrimônio arqueológico se refere sobre como se deve trabalhar na atividade de preservação e o que ela compreende, tarefas ou processos que passam pela identificação, documentação, conservação e a propaganda dos sítios e artefatos, a arqueologia engloba vários ramos, divididos de acordo com os critérios que melhor atendam a metodologia de trabalho a ser desenvolvida para o estudo e a pesquisa de campo, leva em conta também o período de datação ou abrangência dos sítios e dos artefatos.

A arqueologia como ciência, faz uma construção do conhecimento através da soma de vestígios do passado e com isso constrói a identidade de um povo ou região. Portanto todo e qualquer bem arqueológico e sua apropriação necessita de um compromisso do governo e da sociedade em um processo que resguarde desde o momento, por exemplo, do descobrimento de fósseis até o momento da exposição do artefato em um museu, por exemplo.

A partir da década de 70, a arqueologia passou a assumir outros papéis além de resgatar o passado. Esse resgate do passado foi personificado através de vestígios que passaram a ser chamados de bens arqueológicos ou bens culturais, que ficam sob a tutela de órgãos responsáveis pela fiscalização e conservação, sendo assim diversas categorias passam a ser incluídas para que não somente arqueólogos trabalhem nesse processo.

O patrimônio histórico, cultural e arqueológico vem sendo tema recorrente e por isso foi determinante por ampliar a função dos bens arqueológicos e culturais. Alguns aspectos podem ser levados em consideração quando se fala em patrimônio arqueológico, o primeiro deles seria que há um modelo em vigor, no qual não é eficiente e não sobrepõe um modelo de arqueologia empresarial que vem alcançando grande espaço no país, o segundo aspecto seria a falta de documentação, ou pelo menos a falta de acesso a essa documentação o que acaba por

não favorecer a visibilidade do patrimônio arqueológico e por fim a carência em relação a políticas públicas voltadas ao tema.

2.1- O IPHAN E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A preservação do patrimônio histórico, arqueológico no Brasil está dividida em dois momentos, o primeiro seria de 1937 a 1970 e o segundo de 1970 a 1980, é importante ressaltar para ser analisada também, uma visão política da legislação sobre o patrimônio histórico e artístico. O instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN) foi estabelecido pelo decreto – lei federal nº 25 de novembro de 1937⁶ que foi a primeira norma jurídica de que trata diretamente sobre o patrimônio e dizem respeito à abrangência administrativa ao direito de propriedade, definindo patrimônio histórico e artístico como a união de bens móveis, imóveis existentes no país.

As políticas públicas de preservação do bem cultural abordam conceitos de patrimônios que foram adotados a partir do período do estado novo, onde Mário de Andrade em 1936 organizou um anteprojeto que tinha como objetivo a criação de um serviço que pudesse defender e assegurar a conservação do patrimônio.

O decreto-lei nº 25 relata sobre a evidencia da restrição do direito de propriedade como consequência do ato de tomba⁷.O tombamento, como ação do estado por decreto, não chega a reunir toda a vontade da população, nem consegue criar mecanismos perante seu discurso de proteção de uma possível convivência harmônica entre a população e o bem cultural, histórico, arqueológico. A busca de uma identidade, sempre foi o foco nacional, portanto a ideia da preservação patrimonial aumenta a partir do momento em que debates preservacionistas também aumentam, podendo assim se criar uma referencia para o homem brasileiro.

⁶ Disponível em: (BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937).

⁷ Disponível em BRASIL. Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 29 dez. 1941. Seção 1, p. 22368. Disponível em: . Acesso em: dois nov. 2011

Sobre a os monumentos arqueológicos e pré - históricos a lei 3.924 de 1961 dispõe alguns artigos⁸, onde a partir daquela data qualquer tipo de escavação arqueológica tem que estar assegurada pelo poder público. A constituição de 1988 encontra-se também assuntos relacionados à questão do tombamento, onde se destaca a função social da propriedade privada, onde basicamente, entende-se que a propriedade tombada é uma espécie de garantia de proteção ao patrimônio. A política de preservação do patrimônio foi instituída pela UNESCO e ajuda indiretamente com o tombamento de cidades históricas, por exemplo.

A consciência histórica em torno da preservação do patrimônio é crescente e não existe um só povo que não esteja orgulhoso de seus bens patrimoniais e que não afirme sobre sua importância na manutenção histórica local ou nacional. O papel desenvolvido pela UNESCO está em fiscalizar, aprimorar e manter o patrimônio mundial.

Segundo Funari (2006) um dos maiores enfoques em torno dos debates políticos e cultural nos governos gira em torno da valorização do patrimônio cultural e como podem funcionar mecanismos no qual possam esta reabilitando os centros históricos, por exemplo, pois em geral esses centros representam em suma a própria vida da cidade.

É também importante ressaltar que a reabilitação desses centros históricos acaba também por incentivar os processos de identidade coletiva dos povos e acabam se tornando uma questão de conscientização dos bens coletivos. Porém em termos, os processos de política de preservação na América Latina ainda são muito recentes, onde teriam surgidos a partir do momento que a UNESCO reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade.

“A implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática de bens

⁸ Art n° 1 – Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes em território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do poder público, de acordo com o que estabelece o artigo 180 da constituição federal. Parágrafo único – A propriedade da superfície regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art.161 da mesma constituição.

Art n° 2 – Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré- históricos: 1º as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoíndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços, sepulcrais, jazidas, a terrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idênticos, a juízo da autoridade competente. 2º Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoíndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; 3- os sítios arqueológicos identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou aldeamento “estações “ e “cerâmios” nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. 4- As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimento de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoíndios. Disponível:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf

reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção de bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem. (FUNARI, 2006, p.59)

A medida que o tempo passa e há expansão de prédios, ruas, por exemplo, é possível observar que parte dos vestígios dos nossos antepassados foi apagado, porém ao mesmo tempo se observa que um esforço de se criar novas medidas que sejam eficazes para assegurar a conservação do patrimônio. Diante disso, inicia-se o debate em torno de uma preservação do patrimônio de forma descentralizada e que foi fortificada através da organização do Compromisso de Salvador⁹, que foi encontro em outubro de 1971, no qual governadores discutiram ações e medidas necessárias para a defesa do patrimônio histórico, cultural e arqueológico onde essa descentralização teria sido pensada devido as enormes diferenças sociais e econômicas existentes no país, além da falta de recursos financeiros que deveriam ser encaminhados a políticas de preservação patrimonial.

Um dos aspectos que devem ser levados em consideração sobre essa descentralização seria a criação de cidades históricas, porém de qualquer modo impediria a diminuição da socialização do patrimônio e aumentaria a visão daquela cidade perante as outras que não receberiam o título de cidades históricas. Por outro lado, a história de cada região passa por uma recriação de cada conhecimento local, onde as medidas que foram inseridas em políticas de preservação do patrimônio deram início a uma nova era cultural e histórica.

A base principal da descentralização seria diminuir o poder que a padronização cultural tem, fortalecendo e resistindo contra as influências externas e dar cada vez mais visibilidade para a histórica local, contribuindo assim para a permanência de uma identidade.

A partir da década de 80 cresce a ideia do patrimônio como documento, onde as cidades históricas deixam de ser apenas um lugar de imagens idealizadas e passam a serem lugares construídos para a população local ter uma materialidade em relação a sua identidade. A partir da década de 70, quando é criado programa das cidades históricas em decorrência do poder exercido pela UNESCO e a partir disso se passa a falar em políticas públicas que fossem voltadas a questão da preservação.

⁹ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>

A carta constitucional de 1988 foi um grande avanço, pois retoma algumas ideias que já foram abordadas no início da década de 80 por Aluísio Magalhaes e na década de 90 por Mário de Andrade, quando ambos os autores, mesmo em momentos distintos pontuavam sobre a ação em defesa do patrimônio, independente da ação de tombamento.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que será protegido através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação (art. 216 da CF). O tombamento é regido, notadamente, pelo Decreto-lei 25/37 que, em seu art. 17, primeira parte, diz que "as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas" (MACHADO, 2015.p 639).

O IPHAN assim que foi criado tinha o desafio de aumentar a participação social na preservação patrimonial, além do desafio de manter uma instituição administrativa que fosse eficiente. A partir da década de 60 e começo da década de 70, o IPHAN inicia projetos que incorporassem, por exemplo, os sítios.

Durante a década de 70, durante o processo inflacionário e o endividamento externo, houve uma diminuição no processo de políticas públicas, gerando intensa comoção social e sobre a questão da preservação surge a necessidade de modernizar o que se entendia como preservação realçando a ideia de valorização. Segundo CHOAY (2006 p. 103) a ideia de valorização é uma palavra – chave na qual em síntese supre o status que o patrimônio histórico, cultural e arqueológico exerce e de acordo com a autora apesar das inúmeras medidas protecionistas que visam preservar o patrimônio a destruição continua e o pretexto de modernização associada à restauração é crescente.

A partir de 1937 alguns núcleos ou centros de grande valor artístico ou arquitetônico foram tombados, esses núcleos ou sítios arqueológicos geralmente estavam localizados em áreas vistas como marginalizadas, em um primeiro momento entre a década de 50 e 60, os problemas eram geralmente em relação a manutenção de casarões. Os planos nem sempre terminam em medidas objetivas ou chegam a fazer parte da legislação, ainda no quesito legislação, observa-se o interesse pela proteção de bens culturais brasileiros desde as constituições de 34 e 37. A constituição de 1934, por exemplo, declarou que obras de arte não poderiam sair do país e ainda incorporou o direito a propriedade nas localidades de Minas Gerais, a constituição de 1937, assegurou para a proteção do patrimônio brasileiro, a partir do momento que submeteu a propriedade privada, ao interesse coletivo.

A questão do tombamento veio do decreto – lei nº 25 e é um dos principais pontos utilizado pelo IPHAN,¹⁰ criado em 1936, quando Gustavo Capanema era ministro da educação e saúde durante o governo getulista. A idéia da criação de cidades históricas como fator de descentralização pode ser sim um fator que ajude na socialização do patrimônio aliado a ideia de cidade-documento.

A força que uma cidade tem ao ser elevada a cidade histórica ou patrimônio histórico e cultural da humanidade faz com que a identidade da região seja consolidada. A recuperação histórica e cultural é sem dúvida um passo importante para a preservação da identidade.

Segundo a instrução normativa nº 001, de 25 de março de 2015, ficaram estabelecidos alguns mecanismos administrativos nos quais o IPHAN deve estar pautado baseado ainda na questão de licenciamentos ambientais. Sobre a responsabilidade de conservação dos bens arqueológicos¹¹

¹⁰ A criação do IPHAN em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, traz medidas que orientam sua ação. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>

¹¹ Art. 51. A responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do Arqueólogo Coordenador durante a etapa de campo e da Instituição de Guarda e Pesquisa, após seu recebimento. Parágrafo único. Caberá ao Empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos in situ, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis.

Art. 52. Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade federativa onde a pesquisa foi realizada.

§ 1º Na ausência de instituição que atenda ao estabelecido no caput, caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a proposta de destinação de guarda e pesquisa apresentada pelo interessado.

§ 2º Caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a movimentação de acervos dentro do território nacional.

§ 3º No caso de formação de acervos museológica locais, regional ou nacional, caberá ao CNA aprovar a proposta de destinação apresentada pelo responsável legal da instituição requerente.

§ 4º No caso da necessidade de análise dos materiais coletados durante a execução dos Projetos ou Programas fora da Instituição de Guarda e Pesquisa autorizada, caberá ao CNA aprovar a proposta do local de análise, sem prejuízo da sua destinação final.

§ 5º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica de um mesmo empreendimento deverá ser reunido na mesma Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo IPHAN. § 6º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica nos empreendimentos de que trata o § 1º do Art. 4º deverá ser reunido em Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo IPHAN, preferencialmente em cada estado de origem.

Art. 53. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA o termo de recebimento correspondente ao inventário dos bens arqueológicos apresentado pelo Arqueólogo Coordenador do Projeto ou Programa. Art.

54. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA relatórios anuais sobre os bens sob sua responsabilidade. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf

No país, atualmente existe 18 bens arqueológicos que são tombados, entre os dezoito, onze são sítios arqueológicos e seis são coleções arqueológicas que estão presentes em museus ou centros de pesquisa. Por inúmeros esforços, o país já reconhece a importância dos bens arqueológicos como parte importante da formação da identidade brasileira.

Assim embora a implantação de leis voltadas para a defesa do patrimônio histórico tenha representado um avanço no campo da preservação da memória social dos países latinos, os fundamentos que informaram essas práticas iniciais acabaram provocando a expropriação cultural da maior parcela da população, que não se viu reconhecida nos majestosos exemplares da arquitetura pública ou religiosa. (FUNARI, Pedro, 2007, p 57)

A legislação brasileira que protege o bem arqueológico afirma que toda e qualquer descoberta de sítio ou resquício arqueológico, tem que ser informada as superintendências do IPHAN. O patrimônio arqueológico também possibilita entender como os conhecimentos evoluíram através da adaptação humana em diferentes períodos, além de proporcionar a interpretação dos diferentes saberes que hoje se encontram disponíveis.

Bens arqueológicos são encontrados no estado de Alagoas (Serra da Barriga), no Ceará (Coleção arqueológica do Museu da escola normal Justiniano da Serra), Maranhão (sítio do físico e sambaqui do Pindaí), Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade ruínas da igreja Matriz da Santíssima Trindade: e ruínas do Palácio dos Capitães Gerais e Áreas Sagradas do Alto Xingu Kamukuaká e Sagihengu), Pará (coleção arqueológica e etnográfica do museu paraense Emílio Goeldi), Paraíba (Itacoatiara do rio Ingá) Piauí (Parque Nacional da Serra da Capivara), Paraná (Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do museu coronel David Carneiro, coleção etnográfica, arqueológica, histórica, artística do museu paranaense), Rio de Janeiro (coleção arqueológica Balbino de Freitas) Rio grande do sul (remanescentes do povo e ruínas da igreja São Miguel) Santa Catarina (ilha do campeche, sítio arqueológico e paisagístico, coleção arqueológica Joao Alfredo Rohr) e por fim São Paulo (sambaqui na barra do rio Itapitanguí)..

De acordo com CHOAY (2006), a cidade antiga por exemplo que é considerada como um todo, pois desempenha o papel de um monumento histórico, mas isso seria uma ilusão visto que, o que se observa é a arquitetura da cidade e não a cidade, onde o monumento histórico funciona como um monumento intencional, onde carrega consigo um valor memorial.

Os bens culturais arqueológicos e em especial os pré-históricos acabam recaindo sobre ambiguidades que aparecem à medida da importância atribuída à sociedade. Segundo

Menezes (1987), algumas questões que envolvem a pouca visibilidade da pesquisa arqueológica podem ser explicadas pela invisibilidade cultural dos artefatos arqueológicos, por exemplo o fato de pesquisas não resolverem problemas ou explicarem de forma mais incisiva e pela falta de conexão com outras manifestações culturais.

As pesquisas arqueológicas e suas coleções tem sido de extrema importância para o avanço e desenvolvimento dos estudos voltados para a museologia, o que foi possível graças à visibilidade que até então era de tamanho proporcional às inúmeras pesquisas, mas que com o aumento de sítios arqueológicos possibilitou a popularização da arqueologia.

2.3 Espaços de preservação do patrimônio arqueológico

Museus ou centros de pesquisa a partir de suas determinações, apresentam-se como meio de preservação da memória cultural de um grupo ou região, assim como são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material ou imaterial. Suas características surgiram no decorrer da criação e desenvolvimento, visto que, a sua origem a princípio tinha o objetivo apenas de guardar objetos ou artefatos e não de disseminar as informações culturais, arqueológicas.

Dessa forma, procura-se refletir a cerca da importância do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia, na cidade de São Luís, para a preservação da história cultural e arqueológica da cidade, bem como da sua fundação, pois retrata, a partir dos seus objetos, a relevância do patrimônio arqueológico como fonte de pesquisa e cultura. A partir do objetivo de se entender o centro como instrumento de preservação cultural, procura-se conceituar e caracterizar o centro de acordo com referencial teórico sobre o assunto, utilizando-se da pesquisa empírica, realizando um breve levantamento acerca das origens, objetivos, idealizadores do centro.

Cidades e conjuntos arquitetônicos antigos: tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, os centros e bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras sua reintegração na vida contemporânea (CHOAY, 2006, p. 222).

Segundo NORA (1993) a curiosidade por lugares de memória se materializa e se guarda em um momento particular da história, onde a quebra com o passado se confunde com

um sentimento de uma memória despedaçada. O sentimento de continuidade acaba por se tornar residual aos locais. Há locais de memória, pois não há mais meios de memória.

Memória e história, longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo que opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 22).

De acordo com Suano (1986 p.62) a busca por maior contato entre o museu e a população acabou por criar tipos especiais do museu, em tudo diferentes do museu tradicional.

Antes de qualquer coisa é importante citar que o termo “comunidade” que comparece em todas as publicações especializadas, serve como simples sinônimo de populações, público ou então mais especificamente, para definir um agregado determinado de pessoas que possuem interesses e atividades afins. Sendo assim ligados ao museu, o termo comunidade vem de sempre associado ao público, servido pelo museu e as tentativas de oferecer-lhe educação. (SUANO, 1986, p.58)

3 - O CENTRO DE PESQUISA DE HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO.

O centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão, criado em 2002, é um órgão ligado à secretaria de estado e cultura e vem realizando por meio de seus idealizadores, componentes técnicos, ações didático-pedagógicas, elaborando e realizando eventos e projetos voltados ao conhecimento do patrimônio arqueológico, nas áreas de paleontologia, arqueologia e etnologia.

O CPHNAMA busca manter a preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico dos nossos índios, o resgate da pré-história maranhense através da descoberta de novos sítios paleontológicos e arqueológicos. A etnologia, arqueologia e a paleontologia são explicitadas a estudantes e visitantes que conhecem o centro, a fim de aumentar o interesse pelo estudo do patrimônio e da arqueologia, em si.

A implantação do CPHNAMA surgiu a partir da idealização do estado em resgatar, conservar e difundir a herança cultural maranhense, assegurando assim a perpetuação da memória como elemento de extrema importância para a construção da identidade e o fortalecimento da cidadania. Assim, o núcleo de pesquisa do CPHNAMA, também disponibiliza a comunidade local, três exposições temáticas que são mediadas, onde há em equilíbrio entre as explicações sobre cada espaço, as informações dos mediadores e os materiais frutos de pesquisas científicas. Paralelamente são desenvolvidos programas de localização, inventário e a pesquisa de sítios paleontológicos e arqueológicos do estado, assim como cabe ao centro também, o registro e estudo da cultura material, cerimônias e festas que marcam as nove etnias indígenas presentes no estado do Maranhão.

Sob esse ponto, ações educativas são periodicamente realizadas junto a população em geral, em conjunto com escolas e universidades, envolvendo também a produção e disseminação de materiais didáticos ou informativos para a realização de eventos culturais, feiras do livro, apresentações em escolas. Com menos frequência, são montadas mostras temporárias dos acervos institucionais que são direcionadas a públicos heterogêneos e diferenciados, incluindo no ciclo, cidades do interior ou focos de pesquisa específicos. Tais medidas tem buscado fortalecer cada vez mais o potencial patrimonial e arqueológico do estado, a fim de resguardar os bens culturais.

Em sentido mais amplo, a partir da criação do centro em 2002 e a oficialização desse espaço como fonte importante na pesquisa, uma geração de profissionais e monografias estão sendo concretizado , assim como parcerias entre eventos e instituições de renome nacional, como o museu do Rio de Janeiro, Museu paraense Emilio Goeldi, assim como internacionalmente também com a universidade de Lisboa.

“As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela

complexidade e extensão dos acervos e de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos.” (FUNARI,2001,p. 57)

O CPHNAMA com o decorrer dos anos vem adquirindo relevância institucional no processo de gerenciamento dos bens patrimoniais arqueológicos maranhenses, visto que a consolidação ao longo do tempo é garantida por uma política de resistência na qual se opõe as condições adversas e contrárias ao verdadeiro valor da manutenção desses bens culturais. No ano de 2012, o CPHNAMA completou 10 anos e já tinha recebido um público superior a 100.000 visitantes, entre locais, interioranos, nacionais e também uma vasta parcela de um público estrangeiro, no qual além das exposições temáticas, também era permitida visita a biblioteca Olavo Correia Lima, cujas obras giram em torno das áreas em que o centro abrange.

Inicialmente, a biblioteca Olavo Correia Lima foi idealizada como parte integrante do centro de pesquisa para apenas abrigar o acervo particular do referido professor que acabou por ter seu nome dado em homenagem à biblioteca. O acervo da biblioteca é composto por doações de pesquisadores e intelectuais locais e nacionais, onde se destacam obras doadas pelo museu de arqueologia e etnologia (MAE) da universidade de São Paulo.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. (IBID, p. 11)



Figura 1 (foto da fachada do CPHNAMA)

FONTE: AUTORAL

3.1- A história e o desenvolvimento do CPHNAMA

O CPHNAMA criado em 2002 é um importante espaço que contribui para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico, localizado na rua do giz, nº 59 centro histórico de São Luís, abriga espaços multiculturais e de abordagens voltadas à paleontologia, arqueologia e etnologia. O centro desenvolve atividades prioritariamente focadas na condução e divulgação de conhecimentos específicos nas áreas já citadas anteriormente, acrescentando também a educação patrimonial para com isso avançar em questões da recuperação e manutenção do patrimônio cultural maranhense.

Fundado a partir do decreto 17.643 que aborda a reorganização da então Fundação Cultural do Maranhão, a instituição encontra-se administrativamente pensada sob uma estrutura

que segue: uma Chefia, Serviço de Arqueologia, Serviço de Paleontologia, Serviço de Etnologia e Museologia. A equipe institucional conta com quinze servidores, sendo que destes, dois estão afastados e usufruem do benefício da licença prêmio e em processo de aposentadoria e dois são agentes de segurança. O corpo atuante também compreende seis estagiários, três pelo turno matutino e três pelo turno vespertino e são oriundos do convênio estabelecido entre o CPHNAMA, CIEE e SECTUR.

As ações institucionais do CPHNAMA são voltadas a pesquisa e veiculação da preservação patrimonial e seguem uma linha prática metodológica desde a sua fundação. Por intermédio da sua equipe, vem realizando de forma sistemática ações e atividades, onde se destacam: o intercâmbio com instituições regionais, nacionais e internacionais, atuando nas áreas de paleontologia, arqueologia, etnologia e na educação patrimonial.

Visitas mediadas são previamente agendadas, aos laboratórios institucionais acontecendo no período com o objeto de demonstrar e vivenciar o trabalho de pesquisa científica através do contato direto com a cultura material e os procedimentos técnicos associados à prática da mesma. Ações didático-pedagógicas são constantemente acrescentadas como o intuito de promover o conhecimento, valorização e proteção do patrimônio cultural maranhense.

Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam (IBRAM, 2011, p.11).

No CPHNAMA realizam-se projetos culturais nas áreas de atuação institucional que visa a captação de recursos externos, realizam-se levantamentos, laudos técnicos, pesquisas de campos regionais objetivando o aprofundamento dos conhecimentos paleontológico, arqueológico e etnológico.

O espaço físico em um museu também determina à forma com que a visita é realizada, como se trata em geral de um trajeto, o visitante deve ser cativado pela exposição durante seu percurso. Nesse sentido é importante haver preparação dos mediadores, dos dispositivos de recepção e de organização do tempo no museu para evitar o possível cansaço comum nessas experiências. Uma exposição não deve ser compreendida como uma sucessão de temas independentes e sua apropriação implicam diretamente na forma com que é passado seu percurso. (ibid, p. 21)

Segundo Marandino (2008) os museus e centros de pesquisa vêm assumindo cada vez mais seu papel educativo com a localidade em que estão inseridos, sendo assim é caracterizado como locais que possuem uma forma única de criar sua dimensão educativa, portanto é cada vez mais importante a mediação nesses locais, entretanto não se deve resumir a exposição apenas a mediação oferecida, mas também como um conjunto da visão do mediador compartilhada com pontos de vista do visitante.

3.2 - A organização dos espaços e temas escolhidos por sala

O centro de pesquisa é organizando em três exposições, na qual compõe a sala de paleontologia, arqueologia e etnologia. A primeira sala, definida pelo tema arqueologia abriga diversos estudos sobre a área e uma enorme quantidade de dados que acabaram por auxiliar no conhecimento sobre a arqueologia maranhense, nesse espaço são apresentados artefatos líticos e cerâmicos pré-coloniais que eram destinados às atividades diárias e ritualísticas dos grupos em questão. Esses artefatos são de extrema importância, visto que carregam consigo práticas, valores culturais, estilos de vida e modos do trabalho desenvolvidos em algumas regiões, assim como caça, coleta, plantio, colheita etc...

O acervo desta primeira sala é constituído por peças oriundas de assentamentos litorâneos ou sambaquis, sítios do interior do estado e algumas estearias da baixada maranhense. É importante ressaltar nessa primeira exposição que ainda existe um mural que reproduz em dimensões originais, cenas e figuras que foram gravadas em um paredão do abrigo rochoso morro das figuras em Carolina, documentado no início da década de 90 (Leite, Deusdedit, 1990 p.51).



Figura 2 (sala expositiva de arqueologia, ao fundo mural rupestre)

FONTE: Autoral



Figura 3 (sala expositiva de arqueologia, objeto cerâmico)

FONTE: Autoral



Figura 4(sala expositiva de arqueologia)

FONTE: AUTORAL

Os objetos expostos nessa sala são do período histórico, desde a chegada do colonizador, onde juntos formam conjuntos utilitários e de uso individual que atendiam as necessidades das tarefas diárias e também para outros fins como: medicamentos, artefatos bélicos, acessórios, objetos para cozinhar, higiene. A exposição contém cerca de 500 itens, sendo que o restante dos inúmeros objetos encontrados e resgatados em parceria com a universidade federal do Maranhão e instituições encontra-se na reserva técnica do CPHNAMA e que armazena mais de 20.000 itens entre pedaços ou peças inteiras que são fruto de doações ou da finalização de pesquisas arqueológicas.

É significativo abordar sobre o setor de arqueologia que é composta por artefatos pré-coloniais que foram doados por familiares do professor Olavo Correia Lima, assim como também materiais pré-históricos que foram preservados ao longo do século XX por alguns estudiosos locais, assim como diversas doações espontâneas de alguns interiores do estado.

A ideia do CPHNAMA foi pensada visando a interação do visitante, não apenas por características do espaço, mas, buscando instigar questionamentos sobre, aumentando assim a curiosidade sobre o tema, assim como também acarretar novas possibilidades de leitura acerca dos materiais e temas expostos, tudo isso associado a um conjunto de memórias e experiências. A proposta didática se baseia na interação- associação do passado, uma vez que a sociedade atual com a velocidade de informações e mudanças não garante a permanência de memórias.

Um aspecto crucial da visita é que todas as atividades previstas devem ser específicas em museus. A observação de objetos, o estímulo à curiosidade sob ângulos diversos e o toque nos objetos, quando possível, devem ser estratégias recorrentes dentro de uma prática pedagógica no museu. É sempre importante considerar que não existe necessidade de sair da escola para fazer a atividade que poderia ser mais bem desenvolvida dentro da sala de aula. Nas visitas aos museus podem ser visados objetivos pedagógicos diversificados, com estímulo aos aspectos afetivos e psico-motores, relacionados ao aprendizado de atitudes, conceitos ou habilidades. (MARANDINO,2008,pg 27)

No segundo setor do CPHNAMA, ligado a etnologia, encontra-se uma coleção de aproximadamente 400 peças da cultura material dos índios Tenetehara, Ka'apor, Awá Guajá, Krikati, Canela, Gavião. A coleção teve início com a doação feita pela pesquisadora Zelinda Lima e também com a aprovação de um projeto de modernização de museus, além do apoio da SECTUR foi possível ampliar o acervo do setor de etnologia.

O acervo contém desde a criação de réplicas de dinossauros, livros técnicos, suportes para exposição, aquisição de material etnográfico e objetos representativos das aldeias dos Tenetehara, Krikati, Canela, Ka'apor. A escolha desse tema específico para essa sala, partiu do objetivo de demonstrar como a representatividade indígena no Maranhão é bastante diversa e significativa para nossa história. Buscou-se junto aos diferentes povos indígenas aspectos da cultura material que melhor poderiam simbolizar seus universos, em outras palavras, a etnografia representa objetos que seriam mais autênticos e fieis a cultura material desses povos indígenas e para montar o acervo dessa sala, o contato com integrantes desses grupos indígenas foi essencial, visto que seria algo arbitrário, montar uma exposição em que não houvesse o mínimo de participação indígena em mostrar a própria história.



Figura 5 (objetos da sala expositiva de etnologia)

FONTE: AUTORAL



Figura 6 (sala expositiva de etnologia, com objetos do cotidiano indígena)

FONTE: AUTORAL



Figura 7 (sala expositiva de etnologia, ao lado cocar Tenetehara e diadema cerimonial Ka'por)

FORTE: AUTORAL



Figura 8 (sala expositiva de etnologia, máscara ritualística Ramkokamekra - Canela)

FORTE: AUTORAL

Desde o ano de 2007, o CPHNAMA, optou por realizar a semana dos povos indígenas, evento no qual tem tido grande participação da sociedade maranhense e que vem fazendo parte do calendário de atividades que são apoiadas pela SECTUR. O objetivo desse evento, gira em torno de se criar uma expectativa bastante positiva tanto na sociedade em geral como entre os diversos povos indígenas do estado, contribuindo assim para uma maior visibilidade dos grupos, acarretando assim uma maior valorização de suas manifestações artísticas e culturais, portanto agentes formadores da história local

Quanto a pesquisa, o CPHNAMA atua na questão da documentação de cerimônias e rituais indígenas, realizando trabalho de campo em algumas aldeias de todos os grupos do estado, sendo assim se torna capaz de produzir materiais informativos que incluem, documentação fotográfica, vídeos, elaboração de etnografias e relatórios. Todas essas informações servem como componentes para agruparem um retrato geral acerca dos povos indígenas no estado, portando a diversidade diante dos grupos são expressas em cada dado.

Segundo informações durante o processo de pesquisa sobre o CPHNAMA, o primeiro trabalho de pesquisa e documentação que foi realizado pelo centro, foi feito nas aldeias Funil e Juçaral, durante as cerimônias da chamada Festa do Mel, as observações ali feitas, mostraram um ritual que possuía enorme capacidade de inserir diversas aldeias e lideranças, que pertenciam a um povo indígena ao qual se atribui uma sociedade com extrema estratificação do poder.

No Maranhão, a presença indígena é marcada a partir do período chamado de pré-colombiano. Partindo de uma ideia inicial, durante o século XVII, havia aproximadamente 250 mil índios que eram distribuídos em 30 etnias diferentes, porém por motivos de guerras, doenças contagiosas esse número veio decaindo significativamente e atualmente a população indígena se encontra em torno de 35 mil índios e está distribuída em dois grupos linguísticos: os Jê e os Tupi Guarani.

O último setor do CPHNAMA dedicado à paleontologia abriga diversos estudos sobre a área e uma enorme quantidade de dados sobre a pré-história maranhense. Os primeiros estudos nas rochas antigas maranhense foram realizados pelo departamento nacional de produção mineral, que fica localizado no Rio de Janeiro. Posteriormente, rochas maranhenses foram mapeadas por geólogos da PETROBRAS e pela UFRJ e ainda na década de 90, estudiosos do Museu Paraense Emilio Goeldi em Belém aperfeiçoaram os estudos sobre as rochas no centro e norte do estado. Precisamente no ano de 1994 foi criado o setor de

paleontologia do departamento de biologia da UFMA que passou a estudar material fóssil que era encontrado na região de Alcântara.

Em 1994 na ilha do Cajual, localizada a oeste da baía de São Marcos foi encontrado um agrupamento rochoso repleto de fósseis de animais e plantas pré-históricas que segundo informações eram oriundas de um período denominado como cretáceo-médio. Esse foi um dos achados mais importantes da paleontologia maranhense e posteriormente os paleontólogos da UFRGS e mais recentemente o CPHNAMA em parceria com a UFMA vem obtendo recursos para dar continuidade às atividades na ilha do Cajual e em outras áreas.

Foram identificadas várias formas já extintas de animais e plantas que habitavam no Maranhão no período Cretáceo, mostrando como no estado como a riqueza de ambientes era algo presente, mesmo oriundo de um período remoto.

Também no setor de paleontologia ocorrem periodicamente atividades de planejamento e execução de atividades pedagógicas de educação patrimonial, que acabam por disseminar a divulgação do patrimônio científico maranhense, contando ainda com o apoio da SECTUR. No decorrer do caminho de funcionamento do CPHNAMA, o setor tem executado atividades permanentes de curadoria e gestão do acervo paleontológico que são desempenhas pela equipe técnica e por estagiários.

O papel social dos museus é sem dúvida, o de formação do indivíduo. Sob a óptica educativa, o museu deve como uma de suas principais funções, permitir a esse indivíduo tornar-se sujeito de sua aprendizagem. Nesse contexto, as ações realizadas pelas instituições, no sentido da comunicação museológica, adquiriram carácter de educação não formal, pois tratam da apropriação de conhecimento científico pela sociedade fora do espaço escola. (MARANDINO, 2008, p. 29)



Figura 9 (sala expositiva de paleontologia)

FONTE: AUTORAL



Figura 10 (sala expositiva de paleontologia)

FONTE: AUTORAL

3.3- Papel do centro de pesquisa na manutenção do patrimônio arqueológico e na educação patrimonial.

O CPNHAMA tem o objetivo de perpetuar ações que garantem a maior visibilidade sobre os estudos que são voltados ao patrimônio arqueológico, à arqueologia maranhense e também sobre a educação patrimonial. Firmando parcerias com o governo do estado, com a secretaria de cultura e as universidades federais e estaduais garantem também a disseminação das pesquisas sobre o tema.

A importância do CPHNAMA a população em geral e aos pesquisadores estão sendo evidenciadas pelo crescente interesse no assunto e na intensa procura dos frequentadores do centro. Em contrapartida o reconhecimento por parte de estudiosos da comunidade acadêmica acaba por concretizar ações de continuidade das ações do centro.

No entanto, o trabalho pioneiro do CPHNAMA também deve ser entendido como iniciativa de seus idealizadores, gestores e técnicos e que a cada dia possibilitam a realização de pesquisas e como protetores da memória maranhense materializada em forma de acervo. Assim a partir da necessária manutenção em que envolva política, gestão e pessoas especializadas em discussões sobre a diversidade patrimonial do estado, os órgãos da cidade conseguirão obter avanços em todas suas áreas.

O CPHNAMA se firma como mediador do diálogo e facilitador da disseminação do conhecimento entre a diversidade patrimonial existente no estado e a enorme gama de tarefas que são realizadas para a preservação dos bens, que apesar de estarem lotados em espaços do governo, são bens públicos, portanto nossos.

Segundo uma cartilha organizada pelo IPHAN no ano de 2008 a educação patrimonial consiste em propor uma forma mais elaborada e criativa da escola interagir com o patrimônio cultural, arqueológico de sua região e, a partir dessas atividades, ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade e memória de uma determinada região, cidade ou grupo. As instituições que são voltadas para a preservação dos bens patrimoniais acabam por também garantir eixos de estabelecimento de uma memória coletiva.

A Educação Patrimonial tem papel importantíssimo na preservação dos bens materiais e culturais de uma região, visto que a consciência histórica é aperfeiçoada a partir do momento em que a população, apesar de leiga consegue identificar e disseminar informações

que possam ajudar na preservação do patrimônio histórico, cultural ou arqueológico, uma função que permite por meio da valorização e preservação do patrimônio cultural, sobrepondo muito além da divulgação do patrimônio. Não basta a publicidade em torno e disseminação de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Tratam-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, que são as verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Desde a sua criação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – manifestou em documentos e publicações a importância da Educação Patrimonial. Já na década de 1930, no anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário de Andrade apontava para a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. (IPHAN, 2015 p.21)

Cabe ressaltar outro ponto importante é que a educação patrimonial deve ajudar para a criação de meios de conexão com a sociedade e com o âmbito público que é responsáveis pela política de patrimônio cultural, por meio de mecanismos de visibilidade e observação que garantem acolher e relacionar as particularidades, identidades e diversidades de cada grupo. Com isso será possível à identificação e manutenção dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural.

É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de ações junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais. No que se refere à prática educativa, é preciso considerar as referências culturais como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato primordial no processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Além disso, é preciso incentivar o envolvimento das instituições educacionais, formais e não formais, nos processos de educação patrimonial.

Outro fator importante para a efetividade das ações educativas de preservação e valorização do patrimônio é o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio e as de cultura, turismo cultural, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas favorecendo, então, o intercâmbio de ferramentas educativas de modo a enriquecer o processo pedagógico inerente a elas. Dessa forma, é possível otimização de recursos na efetivação das políticas públicas e a prática de abordagens mais abrangentes,

compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida assim como o entendimento de inúmeras visões pessoais de cada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho permitiu aprofundar o entendimento acerca do patrimônio histórico, cultural e arqueológico de uma forma mais geral partindo para uma forma mais específica, quando proponho realizar um estudo de caso sobre o centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão. Para entender a dinâmica do patrimônio arqueológico, foi necessário primeiramente entender a dinâmica do patrimônio histórico e cultural inicialmente, tratar também de questões sobre identidade e memória, partir de questões mais concretas com relação às leis de proteção do patrimônio, órgãos responsáveis por fiscalizar, organizar e aprimorar nossos bens patrimoniais, assim finalizando tratar de um estabelecimento ligado ao governo que assegura bens patrimoniais de cunho arqueológico, paleontológico e etnológico.

Inicialmente, o presente trabalho buscou apresentar questões de extrema importância acerca do patrimônio histórico e cultural, onde se foi necessário recorrer a obras entre livros e artigos que pudessem fornecer informações plurais e certas, propondo ainda discussões importantes para reforçar o verdadeiro sentido do trabalho que é percorrer um caminho que leve a garantia de subsídios para importância da preservação dos bens históricos e culturais.

No presente trabalho, buscaram-se alguns conceitos chave que relacionados, acabam por ser expressos na atualidade e que garantem a valorização do patrimônio histórico e cultural, no primeiro capítulo foi abordado alguns desses conceitos e ideias iniciais sobre a preservação patrimonial, assim como a questão de memória e identidade, além da educação patrimonial.

Alguns autores foram essenciais para a realização desse primeiro capítulo, como Funari (2001), o autor trabalha algumas ideias iniciais sobre o que seria o patrimônio, onde a primeira ideia de patrimônio estaria associada a herança, seja ela de um valor monetário alto (casa, joias) ou de valor mais emocional do que monetário (fotografia, livro, carta), onde tudo isso pode ser utilizado em um testamento e assim ser transmitidos para os herdeiros, ainda a um outro sentido também a ser mencionado que seria o patrimônio espiritual, onde se encaixaria na questão de ensinamentos religiosos e lições de vida que nossos antepassados deixaram, assim como alguma receita ou alguma dança.

De acordo com Funari (2001) deve-se tratar de patrimônio como algo de cada indivíduo, mas a partir de noções e sentimentos, pode-se entender a ideia de patrimônio também como algo coletivo, porém existe uma diferença entre a ideia de patrimônio individual e um coletivo, onde o primeiro depende de cada pessoa em si, já o coletivo depende de mais pessoas e é algo mais distante.

Choay (2001) em seu livro intitulado *A alegoria do patrimônio* traça um olhar sobre as relações com monumentos construídos desde o período medieval até o século XX e ainda sobre a representatividade dos monumentos, o que de certa forma ajuda muito na construção do presente trabalho, visto que a materialização da pesquisa se dá em torno do patrimônio edificado, que é um dos pontos trabalhados também pela autora. No primeiro capítulo do presente trabalho, buscou-se trazer noções gerais e autores que falam sobre o patrimônio em si de uma forma que seus conceitos possam ser entendidos para um público, tanto acadêmico, quanto de uma maneira mais informal.

No segundo capítulo, buscou-se ampliar as discussões sobre patrimônio e partir para questões mais voltadas a constituição e a leis que asseguram a preservação patrimonial, assim como também levantar dados sobre órgãos, como IPHAN, museus ou centros de pesquisa que foram criados com o objetivo de assegurar nossos bens patrimoniais.

Cabe aqui delimitar sobre o patrimônio arqueológico brasileiro que pode ser compreendido como integrante do patrimônio cultural e que a partir da constituição federal de 1988 em seu artigo 216, tudo que compõe a natureza material de valor arqueológico são compreendidos e assegurados pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da união. Também são entendidos como sítios arqueológicos, os locais onde se encontram vestígio da ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios ou locais de ocupação prolongada, objetos, vestígios, cerâmicas, pinturas em paredes, lapas e abrigos sob rocha. Além de locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.

O IPHAN assim que foi criado tinha o desafio de aumentar a participação social na preservação patrimonial, além do desafio de ser uma instituição administrativa que fosse eficiente, elaborando ainda diálogos entre o governo federal e as comunidades. A partir da década de 60 e começo da década de 70, o IPHAN inicia projetos que incorporassem, por exemplo os sítios e é partir desse período, que a questão do patrimônio arqueológico em si, ganha força.

E por fim, no terceiro capítulo realizou-se um estudo sobre o centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão, onde aconteceram algumas visitas ao museu e entrevista com o diretor do centro, Deusdedit Carneiro Filho, além de investigação do acervo para a elaboração do capítulo final da monografia.

O centro de pesquisa de história natural e arqueologia do Maranhão, criado em 2002, é um órgão ligado à secretaria de estado e cultura e vem realizando por meio de seus idealizadores, componentes técnicos, ações didático-pedagógicas, elaborando e realizando eventos e projetos voltados ao conhecimento do patrimônio arqueológico, nas áreas de paleontologia, arqueologia e etnologia.

O CPHNAMA busca assegurar a preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico dos nossos índios, o resgate da pré-história maranhense através da descoberta de novos sítios paleontológicos e arqueológicos. A etnologia, arqueologia e a paleontologia são explicitadas a estudantes e visitantes que conhecem o centro, a fim de aumentar o interesse pelo estudo do patrimônio e da arqueologia, em si. O centro desenvolve pesquisa em interiores do estado, assim como intensas atividades envolvendo escolas da cidade de São Luís, por meio da educação patrimonial e o incentivo com campanhas do estado para a realização de estudos cada vez mais voltados para a garantia de uma consciência patrimonial da população local.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **IDENTIDADE: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, seis dez. 1937. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 30 de maio 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941**. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 29 dez. 1941. Seção 1, p. 22368. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-11-29;3866> . Acesso em: 30 de maio de 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

COMPROMISSO de Salvador. In: **ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 1971**, Salvador. [Trabalhos apresentados., S.l., 1971]. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Compromisso_de_Salvador_1971.pdf Acesso em: 30 de maio 2018.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1939.

HALLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990

MARANDINO, Marta (Org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf / FEUSP, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**: Revista, ampliada e atualizada. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. 1351 p.

SILVA, J. Coelho. **Memória e patrimônio arqueológico**. Comunicação, V Congresso Regional do Nordeste e XXI Cong. Nacional de História (História e Memória) - ANPUH, Recife, UFPE, 2004.

BASTOS, R. Lopes. “**O papel da arqueologia na inclusão social**”. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33 – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, p. 289 – 303, 2007.

SILVA, Jacionira Coelho. Arqueologia, **Memória e Patrimônio Cultural**: interfaces na construção da identidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

NORA, Pierre. **Entre memória e história a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Houry. Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em:

APÊNDICE

ENTREVISTA REALIZADA DIA 17 DE MAIO DE 2018, NO CENTRO DE PESQUISA DE HISTORIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO, COM O DIRETOR DO CENTRO, DEUSDEDIT CARNEIRO FILHO.

Ritta: De onde partiu a ideia de criação do CPHNAMA?

Deusdedit: Após ter concluído a graduação e o estágio no museu nacional, tive uma proposta para trabalhar em um projeto em Alcântara que nunca se concretizou, porém depois de ter ficado muito tempo no rio e sem perspectiva, queria voltar ao Maranhão e realizei concurso para o estado de técnico em assuntos culturais, nível superior e aí foram trabalhar no departamento de patrimônio histórico e sempre tive a vontade de trabalhar e implantar algo voltado para a área de arqueologia, então sempre busquei argumentar, expor motivos, porém sem muito sucesso. A implantação do museu só foi possível a partir do apoio da Zelinda Lima, que foi a pessoa que realmente nos apoiou, porém na época houve um grande impasse com o pessoal da paleontologia porque o acervo estava sendo levado para fora sem nenhum controle, então as duas áreas de juntaram e foi implantado o centro de pesquisa e desde então eu sou o diretor.

Ritta: Quem foram os responsáveis pela idealização do centro? Museólogos, historiadores ou arqueólogos.

Deusdedit : Bem, a gente sempre trabalhou de forma interdisciplinar, então a gente teve a Eliane Gaspar que é a arqueóloga, nós tivemos também a Rose Panet que é antropóloga e o professor Manuel Alfredo responsável pela área de paleontologia, nós não contamos com o apoio de museólogos, pois nos cursos de graduações geralmente tinham cadeiras voltadas a museologia, não de uma forma tão profissional, porém se tinha uma noção de expografia, dos roteiros e a gente tinha que implantar um museu em um local sem nenhuma tradição de pesquisa e a gente teve a sorte de contar com um acervo que era do professor Olavo Correia lima, acervo espesso e desde o começo a gente trabalhou na perspectiva de sempre está melhorando, os conteúdos, as questões expográficas.

Ritta: Como funciona o processo de arrecadação dos investimentos para melhorias no centro?

Deusdedit: Bem,não existe processo de arrecadação de verbas para melhorias do centro,estamos ligados a secretaria de cultura, curiosamente em alguns momentos foram destinados em rubricas especificas para pesquisa em arqueologia, mas nunca foi liberado,então a gente sempre trabalhou como se fosse próprio para melhorar esse acervo, o governo nos arranjou o prédio e arranjou as pessoas para trabalhar. As ações desenvolvidas no centro,funcionam muito por empenho da pessoas envolvidas aqui no centro, como a casa da França e a questão do centro histórico de São Luís, eventualmente o centro consegue verba para uma algum projeto pequeno, pintura da fachada, mas é muito difícil. A situação deu uma melhorada, por conta da FAPEMA ,dinamizando algumas ações. Entretanto, em outros museus há vendas de matérias sobre o acervo e aqui não existe, porque do ponto de vista legal, isso é ilegal, porque todo recurso que entra para o estado, tem que ser destinado para um fundo e esse fundo seria redistribuído entre as instituições e isso não acontece.

Ritta: Há um dialogo razoável entre diretor, cultural e governo ?

Deusdedit: Bem, razoável sim, mas muito longe de ser o ideal, a cultura diante da perspectiva dos governantes é algo secundário e dentro da própria estrutura da secretaria devido a questões políticas as grandes festas populares é que são o foco de grande interesse, áreas de museu, biblioteca e arquivos são planos de fundo mais distantes, então há uma variação. Às vezes um governo olha um pouco mais, outro um pouco menos, mas não há um tratamento enquanto deveria.

Ritta : O que foi pensado para o centro, é que está sendo implantado ?

Deusdedit : Bem,em partes sim, em partes não. Aqui no estado se trabalha com muita improvisação, por exemplo, o próprio nome da instituição é um centro de pesquisa, mas a gente raramente consegue viabilizar pesquisa em arqueologia, mesmo porque arqueologia você tem que ter autorização do IPHAN e desde o começo nós não contamos com o apoio do IPHAN, problemas com a gestão passadas. O centro foi meio deixado de lado, visto que o governo cede o espaço, cedem as pessoas que irão trabalhar e a gente meio que se vira aqui, sentimos muito a falta de investimentos em pesquisa e também nos últimos anos tem ficado cada vez pior a questão dos recursos humanos, já que não tem mais concursos e a gente tem funcionando basicamente com a questão dos estagiários, principalmente no que se refere ao atendimento ao público. Todos os arqueólogos que tem no estado foram pessoas que de certa maneira passaram pelo centro e tem certa pontinha de magoa e depois foram cuidar de suas vidas e esqueceram de devolver de alguma forma o conhecimento que foi passado aqui. Mesmo assim, nós somos

a única instituição voltada para esse tema, porém funcionando muito distante do ideal e os problemas que permeiam nosso cotidiano são desestimulantes, mas a gente tenta, temos articulação com o museu paraense Emilio Goeldi, com a UFRJ, instituições de maior tradição para que a gente possa está produzindo ciência. O setor de paleontologia por ser gerido pelo professor Manuel, consegue ter uma dinâmica maior, a parte de arqueologia ao longo dos anos vem tentando gerir maiores projetos, levar estagiários a campo com maior frequência, porém de 10 portarias enviadas ao estado, nenhuma obteve êxito, mas temos que ser otimistas, poderia ser muito melhor, mas ainda sim o que se tem é um avanço.

